



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

TERMO DE REFERÊNCIA**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ENERGIA E UTILIDADES FIOCRUZ****1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de Prestação de Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Equipamentos do Sistema de Gerenciamento de Energia e Utilidades dos Campi Fiocruz - RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	CATSERV	Quantidade
1	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ENERGIA E UTILIDADES INSTALADOS DOS CAMPI FIOCRUZ - RJ.	MÊS	15792 - Instalação, Manutenção-equipamento eletroeletrônico	12 MESES

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de prestação de serviços continuados sem dedicação de mão de obra exclusiva.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço Unitário.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Manutenção dos Equipamentos do Sistema de Gerenciamento de Energia e Utilidades se justifica em função dos serviços serem de natureza contínua e essenciais para manter o bom funcionamento das atividades inerentes à eficiência energética na Fundação Oswaldo Cruz.

2.3. Esta contratação é imprescindível para que os programas de eficiência energética auxiliem o processo de consumo racional de energia na Fiocruz, bem como na economicidade desse recurso. Com essa referida contratação, trabalhos de campo serão realizados com o levantamento do consumo por edificação e da qualidade de energia recebida por cada unidade da Fiocruz, tal atividade, proporcionará a elaboração de relatórios e gráficos que auxiliarão na tomada de decisão. Possibilitará também um adequado controle da demanda contratada, através do monitoramento da subestação (SE) principal, bem como a verificação e a validação do consumo de energia informado pela concessionária, através da fatura de energia. Com isso, incidência de multas por ultrapassagem da demanda contratada e medições incorretas reportadas pela concessionária poderão ser mitigadas, ou mesmo evitadas. Além disso, outra questão relevante é a verificação constante dos carregamentos dos transformadores, de modo a evitar sobrecarga dos transformadores das subestações secundárias, possibilitando a tomada de decisões e ações de forma a evitar interrupções de energia e danos aos equipamentos.

2.3. Ressaltamos que o parque de equipamentos que atende ao Sistema de Gerenciamento de Energia e Utilidades, encontra-se em perfeita condições de utilização, não apresentando obsolescência em seus componentes, considerando que estes equipamentos foram adquiridos pela Fiocruz através do contrato nº 097/2007, com base no processo nº 25389.000932/2007-51, tendo por objeto o fornecimento de equipamentos com a instalação para a implantação do Sistema de Gerenciamento de Energia Elétrica no campus Manguinhos, e seguiram sendo conservados pelos contratos de manutenção de nº 110/2010, 050/2015 e 061/2021.

2.4. As informações do Sistema Supervisório de energia têm ajudado a conhecer os impactos de nossas ações no consumo e têm permitido a participação da Fiocruz nas chamadas pública de projetos da concessionária Light, como também vêm fornecendo informações para a contratação das demandas de ponta e fora de ponta, junto à concessionária.

2.5. Ainda, de acordo com o Decreto nº 10.779, de 25 de agosto de 2021 que estabelece medidas para redução do consumo de energia elétrica no âmbito da administração pública federal, no seu art. 2º, acrescenta que os órgãos e as entidades deverão buscar, em caráter permanente e sem prejuízo da adoção de outras providências, soluções para a redução do consumo de energia elétrica. Sendo assim, aqui se apresenta mais um apontamento para a essencialidade do Sistema Supervisório, como promotor da adequada gestão energética da Instituição.

2.6. Consequentemente a continuidade do serviço de manutenção garantirá o encadeamento da medição do consumo de energia elétrica das edificações do Campus e do acompanhamento da qualidade de energia recebida por cada prédio/Unidade, tais dados são utilizados para: análise de variação de carga, verificação das distorções nos parâmetros da energia recebida, rateio de custos do consumo por unidade, entre outros.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice 00 deste Termo de Referência (Id SEI nº 1839990).

3.2. O Sistema de Gerenciamento de Energia Elétrica e Utilidades (SGEU) tem como objetivo a supervisão, controle e gestão de sistemas elétricos e Utilidades nos Campi da Fundação Oswaldo Cruz. É utilizado para (i) a coleta e armazenamento de dados de medições quantitativas e qualitativas na entrada de energia, nas subestações, nos setores de utilidades e em edificações, (ii) o controle

do fator de potência (e, futuramente, de demanda), (iii) a monitoração em tempo real, (iv) a apropriação de custos de energia, (v) a emissão de dados sistematizados em gráficos e relatórios, (vi) a emissão de contas de energia globais e setoriais, (vii) o rateio de custos de energia elétrica, (viii) simulações de acréscimos e decréscimos de cargas reativas e capacitivas e (ix) a verificação das necessidades ou excessos globais e setoriais de capacitores para a correção do fator de potência.

3.3 O SGEU possui composição modular, de forma a permitir rapidamente ampliações e substituições de equipamentos defeituosos sem perda da funcionalidade do restante do Sistema, abrange o sistema elétrico do Campus sede da Fiocruz e os Campi CRP Hélio Fraga, CTM-Farmanguinhos e Expansão.

O sistema possui uma arquitetura básica assim descrita:

- Módulo mestre: instalado na Subestação Principal de cada campus, devendo receber, por meio de uma tomada ótica, os sinais seriais a serem emitidos em protocolo ABNT/CODI Normal pela saída para usuários do medidor da concessionária.
- Nas Subestações Secundárias:
 1. Medidores: instalados nas saídas de BT de cada transformador abaixador de 13.800 V para 440V, 380V ou 220 V entre fases, realizam medições quantitativas e qualitativas de energia elétrica, ao tempo em que podem efetuar o controle automatizado de demanda e/ou de fator de potência, observando a hierarquização de comando do módulo mestre.

Os medidores armazenam em sua memória primária os valores médios trifásicos de demanda e fator de potência, permitindo a monitoração em tempo real destes valores quantitativos, bem como dos valores qualitativos, os quais também são armazenados na memória secundária. Os medidores comunicam-se permanentemente com o módulo mestre, com o servidor da rede corporativa e com os demais medidores e equipamentos do sistema dotados de memória.

2. Transdutores: são instalados nas saídas dos alimentadores de prédios e setores de utilidades, e permite a monitoração em tempo real, dos valores médios trifásicos médios de demanda e de fator de potência. Os valores trifásicos de demanda e fator de potência, medidos pelos transdutores são armazenados em registradores ou no próprio transdutor, quando este possuir memória de massa interna, caso dos equipamentos instalados nos Campus CTM-Farmanguinhos e Campus CRP Hélio Fraga.
3. Registradores: armazenam as medições recebidas dos correspondentes transdutores e as enviarão para o servidor da rede corporativa, onde serão armazenados em arquivos anuais e disponibilizados para os usuários.
4. Concentrador de dados: utilizado na totalização de pulsos registrados em médias integradas de 15 minutos por 35 dias contínuos (na chegada do 36º dia, o primeiro é apagado).
5. Gateway TCP-IP: Conversor do padrão serial de comunicação de dados RS-485 para o padrão Ethernet, velocidade de comunicação 10/100Mbps, protocolo de comunicação TCP/IP.

O sistema SGEU atualmente instalado nos Campi engloba as subestações elétricas, com os seguintes equipamentos em operação:

6. 03 módulos mestre modelo CCK 6700/CCK6700E, instalado na SE Principal (138 kV ou 13,8kV) e recebendo os sinais de medição da concessionária por meio de uma tomada ótica;
7. 23 módulos escravos modelo CCK 6700/CCK6700E, instalados nas SE Secundárias com o objetivo de armazenar temporariamente os dados de medição dos transdutores;
8. 68 multimedidores de energia modelo CCK 7550/CCK7550S, instalados nas saídas de baixa tensão dos transformadores das SE's Secundárias, recebendo sinais de corrente por meio de TC's e de tensão por meio de cabinhos conectados aos barramentos dos correspondentes QGBT's;
1. 178 transdutores trifásicos de energia modelo CCK 4220/CCK3600 (sem memória de massa interna), instalados nas saídas dos alimentadores de BT para setores diversos do campus, recebendo sinais de corrente por meio de TC's e de tensão por meio de cabinhos conectados aos barramentos dos correspondentes QGBT's;
10. 31 transdutores trifásicos de energia modelo CCK 4400M/CCK4400ME (com memória de massa interna), instalados nas saídas dos alimentadores de BT para setores diversos do campus, recebendo sinais de corrente por meio de TC's e de tensão por meio de cabinhos conectados aos barramentos dos correspondentes QGBT's;
11. 30 interfaces de fibra óptica modelo CCK 670 e CCK 675 instalados nas SE's e nos prédios do campus, com a finalidade de ser um conversor do padrão de comunicação Serial RS485 para o padrão de fibra óptica para os prédios onde estão localizados os hubs e switches da rede corporativa;
 - 23 interfaces modelo CCK 7010/CCK7010S, instalados nos prédios do campus junto aos hubs e switches da rede corporativa o objetivo de converter os sinais em padrão RS 485 do Sistema de Gerenciamento de Energia Elétrica e Utilidades (Marca: CCK), para o protocolo TCP-IP;
13. 02 concentradores de dados modelo CCK 5632, instalados nas SE's do campus, com a finalidade de transportar os dados coletados para os hubs e switches da rede corporativa;
 - 01 concentradores de dados modelo CCK 603, instalados nas SE's do campus, com a finalidade de transportar os dados coletados para os hubs e switches da rede corporativa;
 - 01 software marca CCK dedicado, com recursos de utilização através de rede de microcomputadores, capacidade de aquisição, armazenamento e processamento dos dados medidos pelos equipamentos de modelo CCK, permite a monitoração em tempo real dos diversos pontos conectados ao Sistema de Gerenciamento de Energia Elétrica e Utilidades (Marca: CCK).

O SGEU atual implementado na FIOCRUZ é composto por um módulo principal que manipula um conjunto de programas. O sistema roda em cima de plataforma Windows Microsoft. Os programas permitem a execução de funções como programação dos equipamentos, coleta e processamento dos dados armazenados, geração de telas de monitoração e atualização de sinóticos em tempo real, com medição de grandezas elétricas e utilidades (gases, líquidos etc.), assim como a elaboração de relatórios analíticos, em vídeo, disco e impressora.

Os diversos programas que compõem o SGEU possuem funções definidas, todas protegidas por senha, dependendo do nível de acesso, tais como:

- Comunicação;
- Leitura de dados;
- Supervisão;
- Atualização de sinóticos e unifilares no microcomputador;
- Emissão de alarmes relacionados a ocorrência de eventos programados pelo usuário;
- Emissão de relatório e gráficos relativos à qualidade de energia elétrica;
- Emissão de relatórios e gráficos relativos ao uso de insumos;
- Etc.;

O SGEU pode ser caracterizado na sua operação da seguinte forma:

- **AQUISIÇÃO DE DADOS:** é realizada pelos equipamentos instalados no campo, sendo que todos possuem uma memória de massa de 35 dias dividida em intervalos de médias integradas de 5 minutos ou 15 minutos, dependendo do modelo do equipamento. Na chegada do 36º dia o primeiro dia é apagado, sendo mantidos na memória do equipamento os últimos 35 dias de registro de dados;
- **COMUNICAÇÃO:** Todos os equipamentos integrados ao SGEU estão interligados:
 - Entre Transdutores e Registradores: são realizadas pelos meios físicos (cabo de sinais), em protocolo Modbus RTU, com velocidades 9600bps, tem-se a conexão de transdutores de mais de uma SE a um mesmo registrador. Existe também a comunicação por meio de cabo ótico em algumas SE.
 - Entre o Servidor e as Interfaces TCP-IP: em protocolo IP, utilizando-se os meios físicos da rede corporativa.
 - Entre as Interfaces TCP-IP, o Módulo Mestre, os Medidores e os Registradores: são realizadas por meios físicos (cabo de sinais) em protocolo proprietário, com velocidade de 38400bps.
- **LEITURA DE DADOS:** consiste na transferência, através de comunicação serial de dados, das diversas memórias de massa dos equipamentos integrados ao SGEU para o servidor de dados. Os dados transferidos são armazenados no servidor na forma de um banco de dados.
- **GERENCIAMENTO:** a partir do banco de dados gerado, o SGEU irá emitir a emissão de gráficos e relatórios de analíticos de utilização de energia e utilidades;
- **SUPERVISÃO:** permite que ao usuário a monitoração em tempo real, das diversas grandezas que estão sendo adquiridas pelos equipamentos integrantes do SGEU. Esta monitoração poderá ser realizada através de telas específicas disponíveis no programa de supervisão ou a partir de telas projetadas pelo próprio usuário a partir do programa Telas do SGEU;
- **ALARMES:** faculta ao usuário a programação de valores para as diversas grandezas medidas que, uma vez ultrapassados, irão gerar na tela do microcomputador um alarme referente esta grandeza e, simultaneamente o registro em arquivo da data e hora de ocorrência deste evento.
- **PROGRAMAÇÃO** permite a parametrização dos diversos equipamentos integrantes do SGEU para a aquisição de dados.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra, sem regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2. A manutenção dos equipamentos deverá ocorrer de forma contínua, de modo que a ocorrência da falha em um único equipamento irá comprometer toda a precisão da informação, bem como há necessidade constante de realização de manutenções preventivas devido ao critério de maior economicidade, assim sendo a natureza do serviço é de forma continuada.

5.1.3. A contratada deverá executar durante o prazo de vigência os quantitativos de serviços e equipamentos definidos com base no contrato de serviços que serão prestados mensalmente, conforme previsto no Anexo II - Planilha de Custos de Serviços de Manutenção Preventiva e Serviços de Manutenção Corretiva, conforme Id SEI nº 1835610.

5.1.4. O descarte de quaisquer materiais deverá ocorrer de acordo com as Normas e Leis nas esferas: Federal, Estadual e Municipal.

5.1.5. Visando maior economicidade, o prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

5.1.6. A contratada deverá promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Adotar para execução dos serviços, as práticas ambientalmente sustentáveis, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos termos do guia nacional de contratações sustentáveis publicado pela Advocacia Geral da União (AGU) 3ª edição publicado em abril/2020; Lei Federal 12.305/2010, Decreto 7.746/2012, Lei 12.187/09 e demais legislações vigentes (ou que venham a existir) nas esferas municipal, estadual e federal.

6.2. Fornecer treinamento aos funcionários a fim de que sejam adotadas as seguintes providências, sempre que cabíveis:

6.2.1. Recolher os resíduos descartados, de forma seletiva, de acordo com o programa de coleta seletiva da Fiocruz e em observância ao Decreto nº 5.940/2006 e lei 10.305/2010 e demais leis e normas existentes.

6.3. Evitar em suas atividades dentro do órgão, o desperdício e a geração de resíduos sem reaproveitamento, tais como excesso de embalagens, entre outros.

6.4. Otimizar o transporte de equipamentos e/ou funcionários para redução de gastos e impacto ambiental.

6.5. Os empregados da empresa contratada destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se munidos de EPI, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Contrato.

6.6. Os materiais inservíveis resultantes dos trabalhos executados são de inteira responsabilidade da contratada, esta deverá guiar-se pela legislação vigente para a correta segregação e destino ambientalmente adequado.

7. VISTORIA PARA A CONTRATAÇÃO.

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor, de segunda à sexta-feira, das 09 (nove) horas às 16 (dezesseis) horas – Servidor: Ricardo Guilherme Filho e o Engenheiro Eletricista: Eduardo Davidson Marques Bezerra – Telefone: 2209-2013, ou qualquer representante designado pelo referido servidor

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria, o *licitante*, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.2.2. Para a vistoria, o *licitante*, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente equipado com Equipamento de Proteção Individual (EPI) e apresentar autorização da empresa interessada para serviços de vistoria em instalações elétrica de média tensão caso queira vistoriar subestações onde há equipamentos do objeto.

7.3. Por ocasião da vistoria, *ao licitante*, ou ao seu representante legal, *poderá* entregar CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, para obter as informações relativas ao objeto da *licitação*, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a *licitante vencedora* assumir os ônus dos serviços decorrentes

7.5. A *licitante* deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da *licitação*.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Manutenção Preventiva (serviço programado):

8.1.1.1. A Contratada deverá apresentar em até 15 (quinze) dias após assumir o serviço, os Programas Anuais de Manutenção Preventiva de acordo com os tipos de equipamentos relacionados, os serviços solicitados e determinações dos fabricantes.

8.1.1.2. A Contratada deverá utilizar um Sistema de Programação de Manutenção que permita efetuar a programação dos serviços, emitir as Ordens de Serviço, os relatórios dos serviços executados, manter um cadastro dos equipamentos e um histórico das intervenções realizadas.

8.1.1.3. Na Ordem de Serviço deverá haver um campo para o recebimento do serviço para que a Fiscalização da Fiocruz possa dar o aceite em cada serviço executado.

8.1.1.4. A Contratada emitirá a relação dos serviços a serem executados de acordo com a Programação de Manutenção.

8.1.1.5. A Fiscalização verificará a execução dos serviços e atestará o recebimento em cada Ordem de Serviço, nos serviços executados, ficando uma cópia com a fiscalização e outra com a Contratada.

8.1.1.6. Serão preenchidas planilhas mensais, referentes às inspeções, revisões e reparos executados em cada equipamento, com cópia entregue à Fiscalização.

8.1.1.7. Cada intervenção de manutenção corretiva ocorrida nos equipamentos deverá ser anotada no Histórico do Equipamento do Sistema de Manutenção.

8.1.1.8. A Contratada deverá emitir Relatórios Mensais distintos para os serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, além das observações e recomendações que se julgarem necessárias, este relatório deverá conter: comparação das medições das contas recebidas das concessionárias com os relatórios emitidos pelos registros do Sistema de Gerenciamento de Energia Elétrica e Utilidades (Marca: CCK), verificação da adequação das demandas contratadas, sugerindo ações contratuais com vistas à eliminação de multas por ultrapassagem e o rateio do custo pelos centros de custos definidos pela Fiocruz.

8.1.1.9. A Contratada reparará, às suas expensas, os serviços que tiverem sido rejeitados pela fiscalização da Fiocruz, por terem sido executados em discordância com as especificações e/ou normas aplicáveis. Nestes casos, os materiais, componentes e peças necessárias à execução dos reparos convenientes adequados correrão por conta da Contratada.

8.1.1.10. Atividade de manutenção executada mediante a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes dos equipamentos. Deverá ser executada efetuando todos os serviços constantes na "Descrição dos Serviços" e os determinados/preconizados pelos fabricantes com os procedimentos de manutenção preventiva constantes nos Manuais dos equipamentos ou de acordo com critérios pré-estabelecidos ou necessidades especiais.

8.1.1.11. Caso a manutenção não possa ser feita no local e a Contratada tenha que encaminhar os equipamentos para a fábrica ou representante, as despesas com relação a remessa de ida e volta, ficarão a cargo da contratada.

8.1.1.12. Os serviços de manutenção preventiva só devem ser executados com a Ordem de Serviço de Preventiva em mãos.

8.1.1.13. Durante o serviço de manutenção preventiva poderá ser verificada a necessidade de intervenção de manutenção corretiva. A contratada deve abrir uma Ordem de Serviço especificando o trabalho a ser realizado para aprovação pela fiscalização.

8.1.1.14. Os valores dos serviços de manutenção preventiva estão discriminados na planilha de Serviços Mensais de Manutenção Preventiva e somente serão cobrados quando efetivamente realizados e aprovados pela Fiscalização da Fiocruz.

8.1.1.15. Serviços a serem executados:

8.1.1.15.1. Inspeccionar os equipamentos de medição da Fiocruz, visando garantir a sua continuidade operacional e funcional, assim como a exatidão das medições e dos arquivos.

8.1.1.15.2. Verificação da comunicação entre os equipamentos de modelo/ marca CCK e destes com a FIOCRUZ.

8.1.1.15.3. Verificação dos registros de dados quantitativos e de eventos.

8.1.1.15.4. Atualização de memória dos equipamentos modelo/ marca CCK junto ao servidor, mantendo sempre atualizados os dados constantes no sistema e garantindo que não se perca dados, mesmo que os equipamentos tenham problemas de comunicação com a rede, fazendo então a atualização por meio de computador local.

8.1.1.15.5. Monitoração e atualização dos alarmes emitidos pelo Sistema de Gerenciamento de Energia Elétrica e Utilidades (Marca: CCK), notadamente no que concerne as falhas de comunicação, defeitos em equipamentos, tendências de ultrapassagens de demanda.

8.1.1.15.6. Comparar medição das contas recebidas das concessionárias com os relatórios emitidos pelos registros do Sistema de Gerenciamento de Energia Elétrica e Utilidades (Marca: CCK).

8.1.1.15.7. Verificação da adequação das demandas contratadas, sugerindo ações contratuais com vistas à eliminação de multas por ultrapassagem.

8.1.1.15.8. Rateio do custo pelos centros de custos definidos pela Fiocruz, inclusive com programação em tela.

8.1.1.15.9. Ajuste nas telas de apresentação do sistema.

8.1.1.15.10. Toda verificação, caso seja constatado algum defeito, este deverá ser consertado imediatamente, ou no menor tempo possível.

8.1.1.15.11. Limpeza dos equipamentos e quadros que contenham os equipamentos do sistema.

8.1.1.15.12. Efetuar *Backup* das informações de medições e de configurações dos equipamentos.

8.1.1.15.13. Atualização de software no servidor e computadores-clientes, quando necessário.

8.1.2. Manutenção Corretiva

8.1.2.1. É considerada atividade de manutenção corretiva, aquela que é executada após a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos equipamentos. Deverá ser executada para qualquer Equipamento constante da Relação de Equipamentos, seus Acessórios e Equipamentos Auxiliares que apresentar defeito de funcionamento. As intervenções ocorrerão, sempre que necessário, durante o horário normal de expediente, de 2ª a 6ª feiras, excluídos (i) os feriados oficiais, (ii) datas especiais de comemoração da FIOCRUZ, (iii) falta de segurança que possa acarretar riscos físicos para os funcionários da CONTRATADA e impossibilidade de acesso aos Campi da FIOCRUZ.

8.1.2.2. As peças necessárias para o reparo de qualquer equipamento estão incluídas nos valores constantes da Planilha de Preços de Serviços Estimados de Manutenção Corretiva. O valor de cada item da Planilha é composto do custo da mão de obra para a execução do serviço mais o custo do material(s) necessário(s) para o reparo.

8.1.2.3. Para os serviços de manutenção corretiva a Contratada deverá elaborar orçamento discriminando todos os serviços necessários, de acordo com os valores da Planilha de Preços de Serviços Estimados de Manutenção Corretiva (mão de obra e material), para recolocar o equipamento/sistema em operação com o prazo de execução e submeter à Fiscalização da Fiocruz. O serviço somente será executado caso tenha sido aprovado pela Fiscalização. Os serviços que não tenham sido aprovados não serão faturados e não haverá cobrança alguma por elaboração de orçamento.

8.1.2.4. Para os serviços de manutenção corretiva que não constem na Planilha de Preços de Serviços Estimados de Manutenção Corretiva será alocado um percentual de 20% do valor total da planilha de serviços de manutenção corretiva, entretanto a Contratada deverá apresentar três propostas para a execução dos mesmos e deverá comprovar que os valores ofertados estão de acordo com o praticado no mercado. Neste caso o valor também deve contemplar a mão de obra e material necessário.

8.1.2.5. Os serviços de manutenção corretiva só devem ser executados por técnicos especializados, quando de posse de uma Ordem de Serviço de Corretiva devidamente autorizada pela Fiscalização.

8.1.2.6. As Manutenções Corretivas em qualquer equipamento/sistema, quando concluídas, deverão ter a Ordem de Serviço com o aceite da Fiscalização para que se possa considerar a conclusão do serviço, ou seja, somente será efetuado o pagamento dos serviços que tiverem o aceite da Fiscalização da FioCruz.

8.1.2.7. Os serviços executados de manutenção corretiva terão uma garantia de no mínimo 06 (seis) meses. Para as peças/materiais utilizados ficará valendo o prazo de garantia dos fabricantes, sendo a Contratada a responsável por acionar a garantia junto ao fabricante/fornecedor e providenciar a substituição. Nenhum equipamento poderá ficar parado aguardando a substituição de qualquer material por motivo de garantia. A Contratada deverá providenciar imediatamente a substituição de qualquer peça/material que esteja no período de garantia.

8.1.2.8. As ferramentas e os materiais de apoio necessários à execução dos serviços de manutenção serão fornecidos pela Contratada, sem custo adicional ao valor contratual.

8.1.2.9. Para os serviços que necessitem ser executados exclusivamente pelo fabricante ou representante de qualquer sistema ou equipamento, o custo total, incluindo o frete, será de responsabilidade total da contratada, devendo estar previsto no valor ofertado dos serviços.

8.1.2.10. Os serviços listados são o mínimo requerido, devendo a contratada verificar as recomendações de manutenção de cada fabricante dos equipamentos/sistemas e executá-las.

8.1.2.11. Serviços a serem executados:

8.1.2.11.1. Correção dos problemas de comunicação decorrentes de defeitos no Sistema de Gerenciamento de Energia Elétrica e Utilidades (Marca: CCK).

8.1.2.11.2. Reparo de equipamentos que apresentarem defeito.

8.1.2.11.3. Calibração de medidores e transdutores.

8.1.2.11.4. Substituição de cabo de fibra ótica.

8.1.2.11.5. Fusão em cabo de fibra ótica.

8.1.2.11.6. Remanejamento de equipamento e quadro de comando para outro local físico, quando solicitado pela Fiscalização da FioCruz.

8.1.2.11.7. Reprogramação do software CCK dedicado.

8.1.2.11.8. Extração manual de leituras das medições e inserção no Sistema de Gerenciamento de Energia Elétrica e Utilidades (Marca: CCK), atualização dos dados junto ao servidor.

8.1.2.11.9. Realizar o reparo dos equipamentos com defeito, nas referidas quantidades estipuladas.

8.2. A contratada deverá executar durante o prazo de vigência os quantitativos de serviços e equipamentos definidos com base no contrato de serviços que serão prestados mensalmente, conforme previsto no Planilha de Custos de Serviços de Manutenção Preventiva e Serviços de Manutenção Corretiva e conforme tabela de quantitativos abaixo:

1.	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA			
Classe	Descrição	Und.	Quantidade de Equipamentos	Quant. Anual de Preventivas
Serviço	Serviço mensal de manutenção preventiva em Gerenciador de Energia Multifuncional	equipamento.mês	26	312
Serviço	Serviço mensal de manutenção preventiva em Medidor de Grandezas Elétricas	equipamento.mês	68	816
Serviço	Serviço mensal de manutenção preventiva em Transdutor de Energia com Memória de Massa e Ethernet	equipamento.mês	31	372
Serviço	Serviço mensal de manutenção preventiva em Transdutor de Energia sem Ethernet	equipamento.mês	178	2.136
Serviço	Serviço mensal de manutenção preventiva em Gateway TCP/IP conversor Modbus para Ethernet	equipamento.mês	23	276
Serviço	Serviço mensal de manutenção preventiva em Conversor Fibra Ótica/RS485 - Ponta de Rede	equipamento.mês	24	288
Serviço	Serviço mensal de manutenção preventiva em Conversor Fibra Ótica/RS485 - Meio de Rede	equipamento.mês	6	72
Serviço	Serviço mensal de manutenção preventiva em Entradas Digitais e Totalizador de Pulsos	equipamento.mês	2	24
Serviço	Serviço mensal de manutenção preventiva Registrador Digital/Analógico	equipamento.mês	1	12

As quantidades anuais de manutenções corretivas, estão correlacionadas com o índice de reparo médio, que corresponde em torno de 30% do quantitativo total, tendo como base os últimos 05 anos do histórico de manutenções realizadas nos contratos anteriores.

Em caso de exceder o quantitativo de corretivas anuais previstas, há de se considerar que o quantitativo anual de corretivas foi estimado em anos anteriores, e deste modo, a contratada deverá providenciar a manutenção sem acréscimo.

2.	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA		
Classe	Descrição	Und.	Quant. Média Anual Prevista
Serviço	Reparo em Gerenciador de Energia Multifuncional	serviço	8
Serviço	Reparo em Medidor de Grandezas Elétricas	serviço	18
Serviço	Reparo em Transdutor de Energia com Memória de Massa e Ethernet	serviço	5
Serviço	Reparo em Transdutor de Energia sem Ethernet	serviço	30
Serviço	Reparo em Gateway TCP/IP conversor Modbus para Ethernet	serviço	8
Serviço	Reparo em Conversor Fibra Ótica/RS485 - Ponta de Rede	serviço	8
Serviço	Reparo em Conversor Fibra Ótica/RS485 - Meio de Rede	serviço	2
Serviço	Reparo em Entradas Digitais e Totalizador de Pulsos	serviço	1
Serviço	Reparo em Registrador Digital/Analógico	serviço	1
Material + Serviço	Substituição de Gerenciador de Energia Multifuncional	serviço	2
Material + Serviço	Substituição de Medidor de Grandezas Elétricas	serviço	2
Material + Serviço	Substituição de Transdutor de Energia com Memória de Massa e Ethernet	serviço	2
Material + Serviço	Substituição de Transdutor de Energia sem Ethernet	serviço	10
Material + Serviço	Substituição de Gateway TCP/IP conversor Modbus para Ethernet	serviço	2
Material + Serviço	Substituição de Conversor Fibra Ótica/RS485 - Ponta de Rede	serviço	2
Material + Serviço	Substituição de Conversor Fibra Ótica/RS485 - Meio de Rede	serviço	2
Material + Serviço	Substituição de Entradas Digitais e Totalizador de Pulsos	serviço	1
Material + Serviço	Substituição de Registrador Digital/Analógico	serviço	1
Material + Serviço	Passagem de fibra ótica e fusão	metro	1.000

8.3. A execução dos serviços será iniciada no dia 20 de Março de 2023, na forma que segue:

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas neste documento e em seus anexos, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. A CONTRATADA deverá manter os funcionários devidamente identificados através do uso de crachás e uniformizados de forma condizente com o serviço a executar, fornecendo-lhes uniformes completos, dentro dos padrões atendendo a Norma Regulamentadora Nº 10 do Ministério do Trabalho e Emprego;

9.1.2. Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA os uniformes (compreendendo peças apropriadas para as condições climáticas da região), EPIs e EPCs a serem utilizados pelos funcionários, sempre que necessário, atendendo as Normas Regulamentadoras Nº 6 e Nº 10 do Ministério do Trabalho e Emprego;

9.1.3. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários a execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas;

9.1.4. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração.

9.2. Os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para a execução dos serviços deverão ser quantificados pela CONTRATADA de acordo com as características de cada unidade e equipamento atendido.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. A empresa contratada executará os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do Sistema de Gerenciamento instalado na Fiocruz, nos endereços abaixo descritos, mantendo todos os equipamentos/sistemas operacionais, dentro dos parâmetros pré-determinados e em perfeitas condições de uso. O responsável técnico deverá acompanhar qualquer serviço nos quais a Fiscalização do Contrato julgue necessária à sua presença. Todo serviço deverá ser programado com antecedência e comunicado à Fiscalização, inclusive com a relação dos profissionais que executarão os mesmos, com exceção dos serviços emergenciais para manutenção corretiva que serão executados imediatamente.

10.1.2. Endereço dos Campus:

10.1.2.1. - Campus Manguinhos – Avenida Brasil, nº 4365 – Manguinhos – Rio de Janeiro;

10.1.2.2. - Campus Expansão – Avenida Brasil, nº4032 – Manguinhos – Rio de Janeiro;

10.1.2.3. - Campus Hélio Fraga – Estrada de Curicica, 2000 – Curicica - Rio de Janeiro;

10.1.2.4. - Campus CTM Farmanguinhos – Avenida Comandante Guarany, 447 – Jacarepaguá - Rio de Janeiro;

10.1.3. Fornecer o acesso aos dados do Sistema de Gerenciamento de Energia Elétrica e Utilidades (Marca: CCK) para qualquer usuário. Configuração e programações do sistema protegidas por senhas de administradores;

10.1.4. Realizar o armazenamento e back-up de dados coletados e medidos pelo Sistema de Gerenciamento de Energia Elétrica e Utilidades (Marca: CCK);

10.1.5. Verificar e adequar as características da rede ethernet CCK: equipamentos com endereços IP fixos, com velocidade fixa de 10/100 Mb/s;

10.1.6. Deverá realizar a Implantação e desenvolvimento de telas de alarmes e sinalização com a função indicar anomalias e/ou alarmes em cada subestação do campus Manguinhos da FIOCRUZ, dentro do software CCK (propriedade da Fiocruz).

10.1.7. Antes da instalação de qualquer equipamento/ material a contratada submeterá à aprovação do fiscal da Fiocruz.

10.1.8. A Empresa proponente fará avaliação de todo o material necessário quando da visita técnica para que possa considerar o custo deles para apresentação da proposta.

10.1.9. A Contratada deverá apresentar nota fiscal de todo material utilizado a fim de certificar a sua procedência.

10.1.10. O funcionário técnico da contratada deverá possuir treinamento técnico específico para os procedimentos do contrato.

10.1.11. O serviço de manutenção somente será iniciado após todo material necessário ter sido entregue na Fiocruz e aprovado pelo fiscal indicado pela Fiocruz.

10.1.12. Qualquer serviço somente será executado após comunicado ao fiscal indicado pela Fiocruz e aprovação pelo mesmo.

10.1.13. Os serviços que forem executados sem conhecimento do fiscal indicado pela Fiocruz não serão aceitos.

10.1.14. As peças que identificadas pelo fiscal da Fiocruz, que não atenderem aos padrões técnicos e de qualidade serão substituídos por conta da contratada sem ônus para a Fiocruz.

10.1.15. A Contratada deverá disponibilizar para análise de relatórios técnicos, profissionais engenheiros/técnicos capacitados para realizar os serviços previstos neste edital sem nenhum ônus para Fiocruz.

10.1.16. O Transporte dos equipamentos, materiais, ferramentas e de seus profissionais será de responsabilidade da contratada, bem como a programação para instalação e retirada do equipamento, sem ônus para a Fiocruz por qualquer impedimento por falta de programação formal ou anuência da fiscalização.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12. Treinar os funcionários da Contratada, caso venha a ser implementado software de gestão de manutenção para uso no Contrato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

12.24. Gerenciar as solicitações de serviço por software que venha ser utilizado pela Contratante.

12.25. Entregar até o 5º (quinto) dia útil, relatórios pertinentes ao sistema, podendo o mesmo ser de forma eletrônica apenas, reduzindo a quantidade de papel circulante.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Apêndice I (Id SEI nº 1832494), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência no ato convocatório.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.13.1. Verificação do funcionamento através do acesso ao sistema pelo computador;

15.13.2. Verificação dos equipamentos enviados para contratada e o seu retorno após o conserto;

15.13.3. Análise do relatório mensal enviado pela contratada, com todos os dados de rateio, intervenções e análise dos transformadores e radiais

15.13.4. Para todas as intervenções necessárias, é gerado uma ordem de serviço que é assinada pela fiscalização, sendo feito o acompanhamento.

15.13.5. Uma vez gerado a nota fiscal de cobrança, é feita a verificação dos equipamentos enviados (nota fiscal Fiocruz) e sua devolução (nota fiscal de retorno da contratada), validando o preço cobrado com a tabela de preços.

15.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme previsto no *Apêndice I* (Id SEI nº 1832494), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.2.1. Aprovação do relatório mensal enviado pela contratada, com todos os dados de rateio, intervenções e análise dos transformadores e radiais

16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.3.1. não produziu os resultados acordados;

16.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada 16.3.3.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 02 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 01 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas, cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no TR.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX / 100) \times I}{365} \quad I = 0,00016438$$

I = (TX) I = TX = Percentual da taxa anual = 6%

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

20.1.1. O ponto de maior relevância do objeto é a manutenção preventiva, não sendo caracterizado um grau de complexidade alto, que justificasse a necessidade de exigência de garantia da execução desta forma os custos em torno da exigência de garantia, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

- (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:21.5.

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02

8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do TR e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do proponente, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no TR.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no TR.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. Qualificação técnica-operacional em manutenção e/ou instalação de equipamentos da Fabricante CCK, sendo aceitável atestado de experiência com 20% do quantitativo de equipamentos do objeto.

22.3.2. Certificado de Registro da empresa licitante na entidade profissional CREA, em plena validade;

A Qualificação técnica-operacional em manutenção e/ou instalação de equipamentos da Fabricante CCK, uma vez que o sistema implantado na Fiocruz é da marca CCK, é aceitável atestado de experiência com 20% do quantitativo de equipamentos do objeto. Sendo assim, a Contratada deverá ter a capacidade técnica para atendimento, de no mínimo, 72 (setenta e dois) equipamentos, por mês, na manutenção corretiva. Necessidade essa já comprovada em manutenções anteriores.

Atualmente, possuímos 33 (trinta e três) subestações com diversos equipamentos instalados em cada. Em média, por ano, entre 20 e 40 equipamentos são substituídos para envio à manutenção corretiva de fábrica, mostrando a necessidade de se ter uma empresa, com experiência necessária e suficiente para comportar a manutenção de um sistema com 359 (trezentos e cinquenta e nove) equipamentos, além de software, fibras ópticas e diversas outras atividades relacionadas as manutenções corretivas.

22.3.3 Qualificação técnica-profissional com um funcionário da área de engenharia (Elétrica, Mecânica, Eletrônica e/ou Automação), com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – Rio de Janeiro (CREA-RJ).

Comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

- No mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, acompanhada da respectiva CAT (certidão de acervo técnico) – neste caso, será admitida a apresentação de atestados em nome de profissionais responsáveis técnicos ou integrantes do quadro técnico da empresa licitante - fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, e que comprove a execução referente à prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste edital, termo de referência e demais anexos, contemplando, ao menos, os seguintes dados, conforme a lei 8.666/93:

- Que comprove que tenha prestado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto ora licitado. Ou seja, que contemple, no mínimo, o quantitativo de 20% dos pontos de monitoramento remoto de energia sob supervisão realizada pelo sistema CCK, ora instalado no Campus Fiocruz.
- Será aceito o somatório de atestado para comprovação de capacidade técnico da licitante, desde que estes, no conjunto, comprovem a execução de cada um dos serviços especificados neste edital e anexos, observados, obrigatoriamente, os parâmetros definidos no subitem acima.

A administração entende a necessidade de um responsável técnico com capacidade para desenvolver trabalhos especializados em subestações, devidamente habilitado e preparado para observar adequadamente as normas de segurança vigentes, bem como identificar as não conformidades de operação de transformadores informadas pelos alarmes do sistema de gestão de energia, tais como sobrecargas, sobre ou sbitensões, desenergização, taxas elevadas de harmônicas, desbalanceamentos de carga.

Elaborar e apresentar relatórios com resumo da assistência técnica abrangendo os resultados das verificações e das correções realizadas ao término dos serviços, das intervenções e dos resultados e pendências. Realizar análise e adequação das demandas contratadas, sugerindo ações contratuais com vistas à eliminação de multas por ultrapassagem.

Além do que, uma empresa de engenharia deverá ter no mínimo um engenheiro responsável em seu quadro.

Desta forma, a Administração entende ser necessária e suficiente a indicação de um profissional engenheiro, em virtude da natureza das atividades a serem desenvolvidas para a execução do objeto contratual.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. Valor Global: 1.174.906,06 (Um milhão e cento e setenta e quatro mil e novecentos e seis reais e seis centavos).

22.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 1.174.906,06 (Um milhão e cento e setenta e quatro mil e novecentos e seis reais e seis centavos), valor este, estimado através da desconsideração do valor de cotação excessivamente elevado e da aplicação de média entre as duas cotações de menor valor conforme disposto na Nota Explicativa (Id SEI 1839958), e tabela abaixo:

ID	SERVIÇO	P1	P2	P3 (Proposta descartada por apresentar valor excessivamente elevado)	Valor Médio entre as menores propostas
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA	R\$ 683.073,65	R\$ 702.407,74	R\$ 911.347,74	R\$ 692.740,70
2	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA	R\$ 475.429,97	R\$ 488.900,75	R\$ 636.943,73	R\$ 482.165,36
		R\$ 1.158.503,62	R\$ 1.191.308,49	R\$ 1.548.291,47	R\$ 1.174.906,06

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1. A respectiva contratação está prevista no Plano Anual da Cogic, sob o registro do Plano Plurianual do Governo Federal, Ação Orçamentária 2000 do PPA 2020-2023.

Projeto: 0032.2000.566 .34008 - Contratação de Serviços de Eficiência Energética nos Campi Fiocruz RJ

Iniciativa: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo

Ação Orçamentária: 2000 - Administração da Unidade-Custeio

Finalidade da Ação: 566 - Manutenção da infraestrutura da Fiocruz

Programa de Trabalho: 10122.0032.2000.0033

Natureza da Despesa: 339039 - Outros Serv. de Terceiro-Pessoa Jurídica

Subelemento: 16

Fonte de Recurso: 06151000000

339039.16- MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS

Registra o valor das despesas com serviços de reparos, consertos, revisões e adaptações de bens imóveis.

Pintura, Reparos e Reformas de Imóveis em Geral, reparos em instalações elétricas e hidráulicas, reparos, recuperações e

Adaptações de biombos, carpetes, divisórias e lambris, manutenção de elevadores.

Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 2023.

Apêndices:

Apêndice 00 - Estudo Técnico Preliminar;

Apêndice 01 - IMR (Instrumento de Medição de Resultados);

Apêndice 02 - Planilha de Custos de Serviços de Manutenção Preventiva e Serviços de Manutenção Corretiva - Zerada

Requisitante,

Luiz Fernando da Silva

Coordenador de Engenharia da Manutenção

CEM/COGIC/FIOCRUZ

Requisitante,

Bruno Amorim de Souza

Gestor do Contrato

CEM/COGIC/FIOCRUZ

Autorizo

Ana Beatriz Alves Cuzzatti

Coordenadora Geral de Infraestrutura dos Campi

COGIC/FIOCRUZ



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FERNANDO DA SILVA, Coordenador(a) de Engenharia de Manutenção - CEM/COGIC**, em 10/02/2023, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO AMORIM DE SOUZA, Técnico em Saúde Pública**, em 12/02/2023, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2485638** e o código CRC **3B147564**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra
Atualização: junho/2021

* A AGU poderá atualizar os modelos dos documentos em seu site a qualquer momento

Referência: Processo nº 25389.000576/2021-23

SEI nº 2485638